

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.766 - SP (2018/0335271-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : JONATAN RIBEIRO CARDOSO (PRESO)
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADRIANO LINO MENDONCA - DEFENSOR PÚBLICO -
MG120023
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por JONATAN RIBEIRO CARDOSO contra decisão proferida pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que não admitiu seu apelo nobre.

Consta dos autos que o agravante foi condenado como incurso nas sanções dos arts. 155, § 4º, inciso I, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, à pena de 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 4 (quatro) dias-multa.

Em segunda instância, o Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo defensivo para fixar o regime inicial semiaberto, mantida, no mais, a sentença condenatória.

Interposto recurso especial, este não foi admitido pela Instância de origem, ensejando a presente insurgência, na qual o agravante sustenta que os óbices indicados na decisão objurgada não incidiriam *in casu*.

Pugna pelo acolhimento do agravo a fim de que seja admitido e provido o apelo raro.

Parecer do Ministério Público Federal às e-STJ fls. 352-355.

É o relatório.

No recurso especial, aviado com esboço na alínea “a” do permissivo constitucional, a parte pretende, em síntese, a sua absolvição do crime de furto, pautada na atipicidade material da conduta objeto da lide.

A par dos fundamentos declinados pelo Tribunal de origem por ocasião do juízo de admissibilidade provisório ali realizado, constata-se que, de fato, o recurso especial interposto não merece seguimento.

Sobre a questão objeto do recurso especial, transcreve-se o seguinte trecho do voto condutor do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 255-256, grifos acrescidos):

[...]

Diga-se, além disso, que o princípio da insignificância não se vincula única e exclusivamente ao valor do bem subtraído. É necessário e imprescindível o exame de outros pressupostos, como, por exemplo, os antecedentes do agente.

No caso, verifica-se que o réu é reincidente. É certo, portanto, que o crime em voga não se tratou de fato isolado na vida do recorrente, o que denota, no mínimo, descaso perante o Poder Judiciário, com maior censurabilidade da conduta.

[...]

Ademais, no caso de furto qualificado - rompimento de obstáculo (arrombamento da porta) -, há uma maior reprovabilidade do comportamento do réu (STJ 6ª Turma - HC 277.214/RS, j. 05.12.2013).

Da leitura do excerto transcrito, verifica-se que o acórdão recorrido converge ao entendimento assente por esta Corte Superior sobre a matéria, no sentido de que não se aplica o princípio da insignificância aos casos de furto (qualificado) cometido mediante o rompimento de obstáculo, bem como quando o agente é reincidente delitivo, uma vez que, nesses casos, denota-se uma maior reprovabilidade da conduta, ainda que diminuto o valor da *res furtiva*.

Mutatis mutandis, é remansosa a jurisprudência propalada por este Sodalício na esteira de que “a prática do delito de furto qualificado por escalada, arrombamento, **rompimento de obstáculo** ou concurso de agentes, indica a especial reprovabilidade do comportamento e afasta a aplicação do princípio da insignificância” (AgRg no AREsp 1204004/MS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018 – g.n.).

Em casos análogos:

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INVIABILIDADE. REITERAÇÃO DELITIVA. QUALIFICADORA DO ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. RES FURTIVAE AVALIADA EM MAIS DE 10% DO VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR EM 2016. PRIVILÉGIO. RÉU TECNICAMENTE PRIMÁRIO. BEM DE PEQUENO VALOR. [...] WRIT NÃO CONHECIDO E ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.
[...]

2. O “princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. [...] Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público.” (HC n. 84.412-0/SP, STF, Rel. Ministro CELSO DE MELLO, DJU 19/11/2004).

3. A jurisprudência desta Quinta Turma reconhece que o princípio da insignificância não tem aplicabilidade em casos de reiteração da conduta delitiva, salvo excepcionalmente, quando tal medida for recomendável diante das circunstâncias concretas.

4. O crime de furto foi qualificado pelo rompimento de obstáculo, circunstância concreta desabonadora, a qual, nos termos do

entendimento consolidado neste Tribunal Superior, mostra-se suficiente para impedir a aplicação do princípio da insignificância.

[...]

(HC 422.030/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 16/02/2018 – grifou-se)

PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. RÉU MULTIRREINCIDENTE. (I) PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ATIPICIDADE MATERIAL. NÃO OCORRÊNCIA. (II) REGIME FECHADO. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 269/STJ. POSSIBILIDADE.

1. O princípio da insignificância propõe se excluam do âmbito de incidência do Direito Penal situações em que a ofensa concretamente perpetrada seja incapaz de atingir de modo intolerável o bem jurídico protegido. Porém, a aplicação do mencionado postulado não é irrestrita, sendo imperiosa, na análise do relevo material da conduta, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta, (b) a ausência de periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. Na espécie, não há como reconhecer o reduzido grau de reprovabilidade ou a mínima ofensividade da conduta, de forma viabilizar a aplicação do princípio da bagatela, pois, independentemente do valor subtraído - R\$ 50,00 (cinquenta reais) -, o delito fora perpetrado mediante o rompimento de obstáculo, extraindo-se dos autos, outrossim, a habitualidade delitiva do acusado, esclarecendo o colegiado local, a propósito, a condição de multirreincidente específico do denunciado, o qual ostenta 5 (cinco) condenações pretéritas, quatro delas por crimes contra o patrimônio.

[...]

(HC 393.705/SC, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 26/04/2017 – grifou-se)

Assim, por se encontrar o acórdão fustigado em consonância com a jurisprudência firmada nesta Corte, a pretensão do agravante esbarra no óbice previsto no Enunciado n.º 83 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça.

Por tais razões, afigurando-se inadmissível o apelo nobre, **conhece-se do agravo para não conhecer do recurso especial**, nos termos do artigo 34, inciso VII, combinado com o artigo 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator